

Quinta-Feira, 29 de Janeiro de 2026

Política não é improviso/ Por Luluca Ribeiro

Opinião

Redação

A decisão de ingressar na vida política não pode ser tratada como um impulso momentâneo, tampouco como uma experiência pessoal de aprendizado. Candidatar-se a um cargo público significa assumir, desde o primeiro dia de mandato, uma função de Estado com impacto direto na vida da população, na gestão dos recursos públicos e no funcionamento das instituições. Transformar o mandato em uma “fase de aprendizado” representa uma grave distorção da responsabilidade pública.

Não existe justificativa ética para o improviso no exercício do poder. Governar, legislar ou administrar exige preparo prévio. Exige conhecimento da estrutura do Estado, do funcionamento da máquina pública, dos trâmites legais, dos protocolos institucionais, do planejamento orçamentário, das políticas públicas e da gestão administrativa. Um mandato não é um curso introdutório; é o exercício pleno do poder público.

Quando pessoas se elegem sem formação mínima, o resultado costuma ser previsível: decisões equivocadas, dependência excessiva de assessorias, desorganização administrativa, perda de eficiência e frustração social. O custo desse despreparo não é individual — é coletivo. Quem paga a conta é a sociedade.

Por isso, a política não pode ser compreendida como espaço de improvisação, mas como campo de preparo, formação e responsabilidade institucional. O aprendizado deve anteceder a candidatura, não começar após a posse.

Nesse contexto, os partidos políticos exercem papel decisivo. Não basta lançar nomes eleitoralmente competitivos; é obrigação institucional formar quadros políticos. Partidos sérios mantêm fundações e institutos voltados à formação política exatamente para evitar que mandatos se transformem em experiências amadoras de gestão — embora, infelizmente, poucos candidatos tenham esse cuidado.

O Brasil possui exemplos claros dessa lógica. O Instituto Ulysses Guimarães, ligado ao MDB, do qual participo atualmente, é referência nacional nesse processo. Sua atuação vai além da disputa eleitoral, focando na formação de lideranças públicas preparadas para compreender o funcionamento do Estado, os ritos institucionais, os protocolos administrativos e os fundamentos da gestão pública. O resultado é simples: candidatos mais qualificados e mandatos que começam com planejamento, projetos e conhecimento técnico — e não com improviso.

A política moderna exige mais do que carisma, visibilidade ou engajamento digital. Exige formação, responsabilidade e consciência institucional. Democracias maduras não são sustentadas por aventureiros eleitorais, mas por lideranças preparadas para exercer o poder com competência e compromisso público.

Preparar-se antes de disputar uma eleição não é luxo, nem elitismo. É dever ético. É respeito ao eleitor. É compromisso com o dinheiro público. É responsabilidade com o futuro coletivo.

Tenho buscado essa preparação por meio de estudos, cursos, eventos e palestras, com o objetivo de compreender profundamente a função e o exercício de ser um político útil à sociedade e ao meu Estado. Após participar de aulas e encontros formativos, ficou ainda mais claro: política não pode ser laboratório. Mandato não pode ser estágio. A sociedade não pode ser campo de teste. Formação antes da eleição não é opção — é obrigação democrática para quem deseja, de forma séria, representar bem o eleitor.

Luluca Ribeiro é advogado